

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Câmara dos Deputados e GDF articulam construção de praça de alimentação para servidores

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), enviou ofício ao governador Ibaneis Rocha (MDB) com pedido de instalação de uma praça da alimentação ao lado do Anexo IV. A ideia é que o GDF cuide das instalações para que seja criado um espaço entre a Câmara e o Tribunal de Contas da União (TCU) com o objetivo de instalar food trucks e trailers e atender a demanda da região. A iniciativa tem o apoio do Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo).

Jefferson Rudy / Agência Senado



Medida atende mais de 10 mil pessoas diariamente

Segundo o Sindilegis, a proposta de criar uma praça da alimentação nasceu da necessidade represada de opções próximas ao Congresso. Só na Câmara circulam diariamente cerca de 10 mil pessoas (entre parlamentares, servidores, terceirizados e público externo), e esse fluxo se soma ao do Senado e do TCU. Embora existam opções internas (restaurantes e lanchonetes), essas não dão conta da demanda. Com o tempo, surgiram trailers e venda de marmitas na via entre a Câmara e o TCU, sem organização e fiscalização. Por isso, o Sindicato trabalha pela criação de um espaço adequado para que food trucks e trailers possam operar de maneira ordenada, com infraestrutura mínima, conforto e segurança.



Juntos no combate à violência doméstica contra a mulher

Relatório de Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) aponta que o número de casos de violência doméstica ou familiar contra a mulher cresceu quase 10% em 2025 em relação ao ano anterior. Foram 11,3 mil registros desse tipo de crime de janeiro a dezembro do ano passado. Em 2024, os órgãos oficiais contaram 10,7 mil casos. Com uma onda crescente de feminicídios no país, é fundamental a busca de soluções para o que já é considerada uma epidemia. O Correio Braziliense colabora com as discussões no conteúdo editorial e promove em 27 de janeiro, a partir das 9h, uma edição do CB.Debate com o tema *Pela proteção das mulheres: um compromisso de todos*. O evento terá a presença de autoridades e especialistas.

Presenças confirmadas

Entre as presenças confirmadas no CB.Debate que vai discutir a violência contra a mulher estão a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (foto); a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão; a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Daniela Teixeira; a ministra-substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Vera Lúcia Santana Araújo; a reitora da Universidade de Brasília (UnB), Rozana Reigota Naves; a secretária-executiva do Ministério das Mulheres, Eutália Barbosa Rodrigues; e a professora associada da Faculdade de Direito da UnB Janaína Lima Penalva. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas na plataforma Sympla.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Carolina Curi/Agência CLDF



Ed Alves/CB/DA.Press



Ricardo Vale pede que Ibaneis devolva o tempo de trabalho dos servidores suspenso por Bolsonaro na pandemia

O vice-presidente da Câmara Legislativa, deputado Ricardo Vale (PT), enviou uma carta aberta ao governador Ibaneis Rocha pedindo providências para devolver aos servidores públicos do DF o tempo de serviço e os adicionais que deixaram de ser pagos durante a pandemia da covid-19. O congelamento foi imposto no governo Bolsonaro pela Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020. Nesse período, funcionários federais, estaduais, distritais e municipais ficaram impedidos de contabilizar o tempo trabalhado para fins de adicionais por tempo de serviço e para a licença-servidor. Isso resultou em prejuízos financeiros e funcionais aos servidores.

Leis próprias

Na carta, Ricardo Vale destaca que o presidente Lula revogou o congelamento do tempo de serviço com a sanção, nesta semana, da Lei Complementar nº 226, que também autoriza estados, o Distrito Federal e os municípios a editarem leis próprias para reparar os danos da medida anterior. Segundo o parlamentar, o GDF tem plenas condições legais para corrigir os prejuízos sofridos pelos servidores locais. Por isso, o distrital defende que o governador Ibaneis Rocha encaminhe um projeto de lei à Câmara Legislativa semelhante ao sancionado pelo presidente Lula. "Os servidores arriscaram a própria vida para garantir o funcionamento dos serviços públicos durante a pandemia e, em vez de reconhecimento, foram punidos com o congelamento do tempo de serviço. O presidente Lula revogou a medida, e agora cabe ao Governo do Distrito Federal fazer a sua parte", afirma o deputado Ricardo Vale.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

ELEIÇÕES 2026 / No DF, mais de quatro mil pessoas estão com alguma pendência na Justiça Eleitoral. Para votar, é preciso tirar o título ou colocar o cadastro em dia até 6 de maio. Saiba quais são as orientações do TRE-DF

Hora de regularizar o título de eleitor

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Central de Atendimento ao Eleitor e cartórios eleitorais terão plantões em alguns sábados de fevereiro e março

» LETÍCIA MOUHAMAD

A menos de nove meses para o primeiro turno das eleições de 2026, marcado para 4 de outubro, milhares de eleitores do Distrito Federal ainda não regularizaram seus títulos. O prazo para resolver pendências vai até 6 de maio.

Dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) mostram que 424.638 eleitores e eleitoras do DF precisam normalizar sua situação. Destes, 149.086 estão sem biometria e 275.552 estão com o título cancelado, isto é, não votaram, não justificaram e não pagaram as multas relativas a três eleições consecutivas, considerando-se cada turno e os pleitos suplementares.

Até o fechamento do cadastro, é possível, além de regularizar a situação eleitoral, tirar o primeiro título de eleitor, solicitar transferência de domicílio eleitoral e atualizar informações cadastrais. No caso do técnico bancário José Cavalcante, 26 anos, a pendência diz respeito à mudança de domicílio. Natural de Teresina (Piauí), o jovem chegou a Brasília no fim do ano passado para assumir uma vaga de concurso público e pretende permanecer na capital, onde também deve votar em outubro. "Mas, para ser sincero, ainda não sei onde nem como faço para transferir o título. Na verdade, lembrei apenas

porque fui questionado sobre o assunto", revelou.

Disponibilidade

Segundo Fernando Velloso, porta-voz do TRE-DF, a estrutura de atendimento foi reforçada com a nova Central de Atendimento ao Eleitor na sede do Tribunal e postos em regiões estratégicas como Ceilândia, Gama e o Na Hora da Rodoviária.

"Chamamos a atenção para que a população procure a Justiça Eleitoral quanto antes para evitar possíveis filas no período mais próximo à data de fechamento", alerta. Assim que soube da data de

fechamento do cadastro, José tratou de entrar no site no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para averiguar sua situação. "Com a correria do dia a dia, acabamos deixando para depois. Mas o melhor, realmente, é se antecipar", comentou.

Apesar da disponibilidade de serviços digitais, o comparecimento presencial continua sendo obrigatório para casos específicos, como o alistamento eleitoral. Para facilitar o fluxo de serviços, o Tribunal anunciou plantões especiais aos sábados nos dias 7 e 28 de fevereiro e 7 de março, das 9h às 15h, na Central de Atendimento ao Eleitor em Brasília e nos Cartórios Eleitorais de Sobradinho, Gama, Lago Sul e Ceilândia.

Prejuízos

Ceilândia concentra o maior volume de títulos cancelados, o que impacta diretamente os índices de participação política. De acordo com o porta-voz, o cancelamento ocorre principalmente após três ausências consecutivas às urnas sem justificativa. "Ceilândia possui o maior eleitorado do DF e acaba refletindo nesta situação. Assim, na época da votação, existe um reflexo na abstenção", pontua.

Os prejuízos para quem ignora a convocação vão muito além da impossibilidade de votar em 2026. A falta de quitação eleitoral trava a vida civil do cidadão em pontos

Consulta à situação eleitoral:

- Acesse o portal tse.jus.br.
- A direita da página, em "Autoatendimento Eleitoral", faça a consulta em "Situação eleitoral", preenchendo os dados requisitados.
- Se o título estiver cancelado ou suspenso, será necessário fazer a regularização.
- Em caso de título cancelado, seguir esses passos: clicar em "Título Eleitoral", opção "6 — Regularizar seu título eleitoral cancelado"; preencher o formulário; enviar os documentos solicitados; e anotar o número do protocolo para acompanhar o andamento do pedido.
- Em caso de título suspenso, é necessário apresentar documentos que comprovem a retomada dos direitos políticos, como: comunicação do Ministério da Justiça; portaria ou certidão judicial; certificado de reservista, entre outros. Após obter o
- Biometria: é preciso ir ao cartório eleitoral responsável pelo seu título (onde você vota) para fazer o cadastro biométrico. A coleta é feita durante as operações de alistamento eleitoral (primeiro título), revisão de dados ou transferência de domicílio.
- Haverá plantões especiais em sábados, nos dias 7 e 28 de fevereiro e 7 de março, das 9h às 15h, na Central de Atendimento ao Eleitor em Brasília e nos Cartórios Eleitorais de Sobradinho, Gama, Lago Sul e Ceilândia.

críticos, como a emissão de passaportes e a posse em concursos públicos. Velloso destaca que o título regular é exigido para situações cotidianas: "A impossibilidade de matrícula em estabelecimentos públicos de ensino e, até mesmo, o recebimento de alguns benefícios sociais do governo federal são restrições que o eleitor pode enfrentar".

À QUEIMA-ROUPA

LÚCIA CARVALHO,
ex-deputada distrital (PT) e
ex-presidente da Câmara Legislativa

"Este é o ano em que nós, mulheres, temos que conquistar muitas vagas no Legislativo federal e distrital"



A senhora foi a primeira mulher a assumir a presidência do Legislativo no país. Foi na Câmara Legislativa, há quase 30 anos. Como avalia a participação das mulheres na política desde então?

Tem 28 anos que fui presidente da Câmara e a participação das mulheres não aumentou e não representa o número que somos na sociedade (52%). Este é o ano em que nós, mulheres, temos que conquistar muitas vagas no Legislativo federal e distrital.

Nos últimos anos, a senhora ficou mais dedicada ao Executivo. Como foi seu trabalho no governo federal?

No governo federal, atuei no setor de recursos humanos do INSS e no patrimônio da União, tendo repassado áreas para o GDF edificar mais de 26 mil moradias no Itapoá Parque e Riacho Fundo 3 e 4, terrenos para escolas federais e a primeira Casa da Mulher Brasileira, entre outros repasses.

Pensa em voltar para cargos no Legislativo?

Sou pré-candidata à deputada distrital com ações principalmente voltadas à melhoria da educação e à valorização de seus profissionais, políticas públicas que acolham e emancipam as mulheres, cuidado especial com os idosos, vida longa com qualidade e atenção do Estado. Moradia de interesse social também. Conheço bastante as áreas do GDF e da União possíveis para essa destinação. Defendo os interesses principalmente dos mais vulneráveis.

Como avalia a Câmara Legislativa nos tempos atuais? Acha que há menos debate sobre os temas relevantes da cidade?

Acho que existe muita subordinação ao Governo (do DF) sem independência de discussão e ação, como no caso Banco Master.

Acredita que o PT deve lançar candidatura própria ao GDF neste ano ou apoiar um aliado na disputa ao Buriti?

Defendo que o PT tenha candidato próprio para o GDF sem descartar ampla aliança no segundo turno.